

EDUCAÇÃO LINGUÍSTICA: UMA PROPOSTA DE PRÁTICA SOCIOLINGUÍSTICA NA SALA DE AULA
LANGUAGE EDUCATION: A PROPOSAL FOR SOCIOLINGUISTICS PRACTICE IN CLASSROOM

Lúcia Furtado de Mendonça Cyranka¹
Luís Carlos de Oliveira²

RESUMO: O trabalho com a língua materna na sala de aula deve proporcionar aos alunos reflexões sobre o uso efetivo do português e o respeito às variedades linguísticas, bem como precisa contemplar a competência de uso da língua em situações discursivas mais formais de modo a torná-lo multidialetal em seu próprio idioma. Para isso, uma educação linguística comprometida com a reflexão sociolinguística foi desenvolvida em turmas do nono ano de uma escola particular de Juiz de Fora (MG) como uma prática pedagógica que analisou os padrões de concordância verbal e nominal presentes na linguagem falada dos moradores da área urbana da cidade. Nesse sentido, os estudantes passaram a compreender a língua como uma instituição cultural que sofre constantes variações e mudanças e que, por isso, precisa ter suas variedades respeitadas.

Palavras-chave: Educação linguística, Reflexão sociolinguística, Prática pedagógica, Competência.

ABSTRACT: Working with the mother tongue in the classroom should provide students with reflections on the effective use of Portuguese and respect for linguistic varieties as well as the need to consider competence of language use in more formal situations discursive order to make it in multidialetal their own language. For this, an education committed to linguistic reflection sociolinguistics classes was developed in the ninth year in a private school in Juiz de Fora (MG) as a pedagogical practice that analyzed the patterns of verbal and nominal agreement present in the spoken language of the inhabitants of the area urban city. In this sense, the students began to understand the language as a cultural institution that suffers constant variations and changes and, therefore, must have complied with their varieties.

Keywords: Linguistic Education, Sociolinguistics reflection, Practice pedagogical, Competence.

1. INTRODUÇÃO

Muito se tem questionado a respeito dos reais objetivos de ensino de língua materna no ambiente escolar. A concepção tradicional que ainda vigora nas práticas das salas de aula afirma que a principal função do professor de português é tão

¹ Doutora em Letras pela Universidade Federal Fluminense, Brasil, 2007. Professora Adjunta 1 da Universidade Federal de Juiz de Fora – MG. (Lucia.ciranka@uol.com.br)

² Especialista em Língua Portuguesa e Ensino pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Professor da Faculdade Metodista Granbery, Juiz de Fora, MG. (luisjf@yahoo.com.br)

somente ensinar a variedade mais prestigiada da língua, também conhecida como “cultura”. Essa pedagogia de tradição envolve atividades metalinguísticas que exaustivamente são reafirmadas pelo ensino de regras gramaticais e que, na prática, em nada contribuem para o bom desempenho no uso do idioma em situações comunicativas diversas. Em se tratando dessas discussões, priorizamos uma prática de trato com a língua na sala de aula que possibilita outras reflexões: o ensino da língua na escola deve sim priorizar o domínio da variedade considerada culta, mas acima de tudo, deve também levar os alunos a desenvolverem a competência de uso da própria língua segundo suas necessidades discursivas, sociais e interacionais.

Para que a competência comunicativa efetivamente ocorra, é necessário, portanto, promover uma mudança no foco de ensino de língua materna, de modo a desenvolver no aluno a consciência de que o “português são muitos” e, por isso mesmo, ele deve ser multidialetal em seu próprio idioma, haja vista a diversidade de usos que pode fazer dele. Destacamos que a variedade linguística originariamente aprendida no meio social e familiar da criança e trazida para a escola deve ser considerada, por isso, legítima, independentemente da diversidade de suas marcas fonéticas, morfológicas, sintáticas, dialetais, prosódicas, semânticas, entre outras.

Daí surge uma proposta que valoriza, então, a educação linguística no espaço da sala de aula, de forma a promover a competência comunicativa dos alunos em situações reais de uso da língua. Essa proposta deve contemplar os aspectos que abordam os gêneros textuais de domínio público, com suas marcas discursivas e interacionais, o uso efetivo e social que fazemos da língua em situações orais ou escritas, formais ou informais, de modo a sinalizar para o aluno que ela se materializa nas interações sociais.

É a partir dessas reflexões sobre a variação da língua que abordaremos, neste artigo, um trabalho de pesquisa sociolinguística realizado com estudantes do ensino fundamental.

A proposta aqui apresentada tem o objetivo de levar os adolescentes a refletirem sobre o quanto a língua portuguesa do Brasil varia segundo sua multiplicidade de usos. Além de torná-los usuários multidialetais do próprio idioma, o trabalho deverá levá-los a pensar sobre as condições que desencadeiam o

preconceito linguístico e suas consequências e sobre a necessidade de se dominar formas diferentes de uso do idioma.

A predominância de uma prática de ensino de língua materna, em que são abordados conceitos e definições de valores fundamentalmente gramaticais, oferece ao estudante um modelo padronizado, conservador e idealizado do português. Esse modelo, também chamado de norma padrão, é considerado por muitos como a única e verdadeira forma de uso efetivo do nosso idioma.

Entretanto, os estudos sociolinguísticos procuram desmistificar algumas verdades consideradas incontestáveis em torno do uso da língua; dentre elas, a de que a variedade padrão seja superior a outras variedades linguísticas. Faraco (2008) distingue claramente norma culta de norma padrão. Para ele, a norma culta consiste no emprego real que os falantes do português fazem da língua, quando inseridos em práticas sociais de interação mais formais. Assim, em contextos de uso mais monitorado do português, os falantes que estão em contato com manifestações de letramento mais amplas empregam todo um arcabouço de experiências sociais, econômicas, culturais e escolares para se expressarem em práticas sociais mais formais. O convívio com essas práticas, portanto, possibilita o domínio de uma variedade também mais formal, mas que não corresponde necessariamente às regras ditadas pela gramática normativa.

Ainda na definição da variedade culta, FARACO (2008, p.44) procura associar o modelo de três *continua* proposto por Bortoni-Ricardo, que o elaborou com o objetivo de se conhecer e estudar mais profundamente as variações do português do Brasil. Ele explica:

O modelo que, no momento, parece fornecer o melhor instrumento para registro da diversidade já estudada é o proposto por Stella Maris Bortoni-Ricardo (2005), que busca distribuir as variedades em três *continua* que se entrecruzam: o *continuum* rural-urbano, o de oralidade-letramento e o da monitoração estilística.

Do ponto de vista do contínuo rural-urbano, é possível identificar que, dada a grande migração de brasileiros do campo para a cidade em meados do século XX, elementos da cultura rural foram amplamente difundidos nas regiões urbanas, principalmente nas periferias das grandes cidades. O chamado “dialetos caipira”, por exemplo, sofreu um processo de mistura com a variedade urbana que predominava nas periferias. Assim, a confluência entre os falares rural e urbano possibilitou o

surgimento de um contínuo que representa a linguagem que entremeia essas duas variedades; a esse dialeto intermediário Bortoni-Ricardo (2005) denomina de *continuum rurbano*.

Em contrapartida à ideia de norma culta, a norma padrão manifesta-se como uma referência abstrata que determina formas de poder e serve como parâmetro para uma pequena elite que procura uniformizar o idioma, controlar a mudança e neutralizar a variação da língua. A norma padrão é representativa de grupos sociais dominantes e que tradicionalmente impuseram um padrão de cultura linguística considerada “correta”. FARACO (2008, p.73) discute essas ideias de modo pertinente e bem aponta a distinção desses conceitos:

Enquanto a norma culta/comum/*standard* é a expressão viva de certos segmentos sociais em determinadas situações, a norma-padrão é uma codificação relativamente abstrata, uma baliza extraída do uso real para servir de referência, em sociedades marcadas por acentuada dialeção, a projetos políticos de uniformização linguística.

A norma padrão, portanto, implica uma construção abstrata e descritiva do idioma, sistematizada há algumas centenas de anos com o objetivo de uniformizar o português brasileiro. Na verdade, trata-se de uma variedade que, em si, não passa de um mecanismo que procura minimizar as diferenças sociais e regionais de uso do português, além de exigido em textos de caráter estritamente formal.

Diante desse panorama, é preciso aliar a reflexão sobre variedade padrão a outras manifestações linguísticas autênticas, tanto as pautadas na modalidade oral quanto na escrita, a fim de que se promova a educação linguística dos alunos, levando-os a reconhecerem a legitimidade dos diversos usos que se faz da língua e a serem capazes de utilizá-la adequadamente, tanto nas variedades cultas quanto nas conhecidas como variedades populares.

Tratar a língua como uma entidade social e dinâmica é uma tarefa que não compete apenas ao professor de português, mas pode e deve ser realizada por todos os profissionais envolvidos no processo de educação formal do aluno. Vale destacar, entretanto, que o professor de língua pode usar a variação linguística como ponto de partida para reflexões sobre a estrutura do idioma e sobre suas diversas manifestações. BAGNO (2007, p. 195) trata o ensino de língua na perspectiva da variação linguística como um aliado forte para promover o pensar a língua de forma consciente e dinâmica:

O que se propõe é que o docente eleja, a partir de necessidades reais detectadas no seu trabalho com a leitura e a escrita, algum tema que possa ser objeto de um pequeno projeto de pesquisa sobre o funcionamento da língua. Não se trata, evidentemente, de transformar os alunos em linguistas, em pesquisadores profissionais, mas simplesmente de levá-los a tomar consciência, por meio da pesquisa, dos fenômenos gramaticais, que configuram o sistema linguístico do português. Essa reflexão bem sistematizada pode gerar, no futuro, um uso mais consciente das regras gramaticais pesquisadas.

Portanto, partimos de uma proposta didática que extrapola a abordagem tradicional de ensino de língua materna, sistematizada apenas nas regras da gramática normativa e na língua como manifestação comunicativa em aulas exaustivamente expositivas. A partir de atividades que valorizam a oralidade, as normas construídas em interação a que todos os falantes da língua se referem devem ser analisadas segundo as regras reelaboradas pelos próprios falantes. Assim, será estudada a gramática que descreve o uso real do idioma em situações também reais de fala, por meio da análise de entrevistas que proporcione uma educação reflexiva, crítica e ao mesmo tempo investigativa.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Por ser heterogênea, instável e variável, a língua constitui-se como uma atividade social e, por isso mesmo, múltipla em seus usos. Afirmar, portanto, que uma variedade é melhor que a outra implica promover uma distinção entre usos da língua em que a mais prestigiada nega a existência de outras menos prestigiadas. Essa ditadura conservadora, que tem sido comum nas aulas de português, traz à baila conceitos meramente gramaticais, senão, preconceituosos que se fundamentam, principalmente, por meio das noções de “erro” e “acerto”.

Os tradicionais seguidores da gramática normativa admitem que todos aqueles que não constroem sentenças segundo a “língua padrão” cometem erro. Nesse sentido, bem afirma Bortoni-Ricardo (2004, p. 72): “Na ótica prescritiva dos gramáticos normativos, toda sentença que não siga as regras da chamada língua padrão é errada”.

Entretanto, qual é o conceito de erro, tendo em vista o fato contundente de que a língua se manifesta por meio de uma diversidade de usos? Esse conceito se fundamenta em uma convenção estabelecida por uma classe social mais prestigiada, porque mais escolarizada, que condena as demais manifestações linguísticas por serem diferentes. Essa mesma concepção é reforçada, acentuadamente, por gramáticos insistentes que prescrevem a norma padrão tão a gosto da classe dominante. Basta observar nas salas de aula que a proposta de se ensinar a norma padrão não gera usuários competentes do português, mas instaura preconceitos sociais e linguísticos. Trata-se, além disso, de um ensino que distancia o cidadão de seus direitos quando não aprendem a usar o português em instâncias sociais mais formais.

No âmbito escolar, entretanto, é necessário repensar o emprego dessas convenções que valorizam os conceitos de “certo” e “errado” uma vez que taxar como erro o uso que um falante faz de sua linguagem, que não é aquela considerada mais prestigiada, implica destruir nesse usuário a sua identidade linguística e, conseqüentemente, desconsiderar a gramática internalizada – a chamada competência linguística – que esse mesmo indivíduo adquire em sua comunidade de fala, em seu meio social, cultural e também familiar, como bem reflete CASTILHO (2000, p.14) a esse respeito:

Se em lugar de encarar criticamente a situação brasileira continuarmos a prescrever sem mais debates o que é certo e condenar o que é errado, estaremos por certo perdendo uma grande oportunidade para formar o cidadão. Isso tanto é mais grave no caso dos alunos que não integram classe culta - e estes são hoje a maioria na escola pública. A centração exclusivista do ensino da norma culta poderá destruir neles a chamada 'fidelidade linguística', isto é, seu apego à variedade linguística aprendida em família, um dos fundamentos mais fortes de sua identidade psicossocial.

Deixemos claro que a escola não exclui, sobremaneira, o trabalho com a variedade culta. Pelo contrário, as instituições de ensino devem possibilitar reflexões acerca do emprego dessa variedade da língua, atribuição essa considerada, sem dúvida, como uma das mais importantes do professor de língua portuguesa. Ao chegar à escola, o aluno traz consigo uma série de estruturas linguísticas socialmente aprendidas em seu contato com a família e com sua comunidade social. Esse contato permite ao aluno comunicar-se com proficiência, a fim de atender às suas próprias necessidades interacionais.

E é exatamente a escola que pode e deve ensinar outras formas de uso da língua, dentre elas a variedade culta, em um processo que avalie a competência comunicativa do indivíduo e sua formação, sem, é claro, excluir outras formas de manifestação linguística. É essa postura que CYRANKA e PERNAMBUCO (2008, p. 23) apresentam ao se posicionarem a respeito do papel das instituições escolares no ensino de língua:

Ora, para preparar os indivíduos para a vida em sociedade, elegeu-se a escola como instituição oficial. Cabe a ela, no que se refere ao trabalho com a língua materna, desenvolver no aluno habilidades e competências para utilizar adequadamente esse patrimônio comum de sua comunidade. O que se esperaria é que a escola, adotando uma orientação de base científica, fizesse o trabalho de desenvolver, em seus alunos, competências mais refinadas, sem se preocupar em substituir a variedade linguística que já tivessem adquirido, qual seja a de seu grupo social.

Portanto, uma escola comprometida com valores sociais, com a propagação de uma cultura formal e eclética e que respeita as diferenças individuais de cada aluno deve criar condições para que esse mesmo indivíduo possa participar da sociedade com autonomia fazendo uso de uma língua que não o exclua de práticas sociais mais formais e sofisticadas.

Ensinar os mecanismos da variedade culta significa, então, disponibilizar ao usuário da língua mais um recurso comunicativo a que tem direito, segundo as necessidades contextuais mais formais, ou seja, em que ocorram situações sociais e interacionais de maior prestígio. BORTONI-RICARDO (2004, p. 75) resume a função social e política das instituições de ensino, quando afirma:

Ao chegar à escola, a criança, o jovem ou o adulto já são usuários competentes de sua língua materna, mas têm de ampliar a gama de seus recursos comunicativos para poder atender às convenções sociais, que definem o uso linguístico adequado a cada gênero textual, a cada tarefa comunicativa, a cada tipo de interação. Os usos da língua são práticas sociais e muitas delas são extremamente especializadas, isto é, exigem vocabulário específico e formações sintáticas que estão abonadas nas gramáticas normativas. (Grifo da autora)

E mais adiante, complementa:

A escola é, por excelência, o *lócus* – ou espaço – em que os educandos vão adquirir, de forma sistemática, recursos comunicativos que lhes permitam desempenhar-se competentemente em práticas sociais especializadas.

Faz-se, então, necessário e pertinente que o professor utilize esse *lócus* para desenvolver aulas de língua que possam levar o seu aluno a refletir sobre o próprio idioma, sobre sua heterogeneidade e condições de mudança. Por conseguinte, priorizar a reflexão linguística e o desenvolvimento da construção da língua em suas diversas formas de uso significa possibilitar condições para ampliar a competência linguística e comunicativa do usuário.

Dessa forma, é possível reverter a atual visão que muitos têm de seu próprio idioma, considerado-o difícil e inalcançável, e eliminar definitivamente as célebres e sempre usadas afirmativas: “Eu não sei português” e “Ele sempre fala errado”. Por isso, BAGNO (2002, p.71-72) nos conforta com suas reflexões ao propor:

Uma vez consciente dessa situação problemática, o professor que quiser contribuir para desconstruí-la deverá tentar se apoderar dos resultados oferecidos pela pesquisa sociolinguística e pelas teorias linguísticas de inspiração não essencialista. Já está mais do que comprovado que, do ponto de vista exclusivamente científico, *não existe erro em língua*, o que existe é variação e mudança, e a variação e a mudança não são “acidentes de percurso”: muito pelo contrário, elas são constitutivas da natureza mesma de todas as línguas humanas vivas. Além disso, as línguas não variam/mudam nem para “melhor” nem para “pior”, elas não “progridem” nem “deterioram”: elas simplesmente (e até obviamente diríamos) *variam e mudam...*

Incentivado por essa perspectiva, propusemos um trabalho em sala de aula que oferecesse ao aluno do nono ano do ensino fundamental reflexões a respeito da diversidade de usos da língua e da legitimidade de falares, ditos, “não padrão”. Propusemos realizar uma educação linguística que passasse a promover o desapego de conceitos linguísticos tradicionais, socialmente arraigados e, conseqüentemente, compreendesse a variação linguística como um fenômeno natural, social e desprovido de preconceitos.

3. A EDUCAÇÃO LINGUÍSTICA NA SALA DE AULA: UMA PROPOSTA DIDÁTICA

Dadas as reflexões teóricas tratadas acima, colocamos em ação uma atividade de educação linguística com alunos do nono ano de uma escola particular do município de Juiz de Fora, entre outubro e novembro de 2010. A proposta

apresentada partiu da necessidade de assinalar que a língua não é homogênea e que seus falantes dominam simultaneamente duas ou mais formas de uso do português do Brasil.

A atividade de pesquisa de campo e seus resultados contribuíram para uma reflexão concreta sobre como os fenômenos próprios da língua se instauram em situações reais de uso. Portanto, os alunos, a par dessa metodologia, poderiam comprovar, por meio de dados quantitativos, como o português brasileiro é tratado por seus usuários e como são distintas as formas de uso dessa língua em termos de variação.

Propusemos, para isso, um trabalho de análise linguística a partir de uma pesquisa de campo com 315 falantes da variedade urbana do português do Brasil, especificamente da região de Juiz de Fora. Esse estudo linguístico pautou-se no seguinte questionamento: Os falantes do português brasileiro utilizam, efetivamente, em suas falas, as regras de concordância verbal e nominal que vigoram nas gramáticas do português padrão?

Tendo como base de reflexão esse questionamento, as entrevistas realizadas pelos alunos aconteceram no decorrer das duas primeiras semanas de outubro de 2010, atendendo a descrição de um público específico para o desenvolvimento do trabalho. Após esse primeiro momento, foi realizada a coleta de dados; em seguida, as análises comparativas dos casos de concordância na fala dos entrevistados com as regras prescritas na gramática normativa e, enfim, as conclusões sobre o estudo linguístico.

O número de indivíduos pesquisados foi definido segundo a quantidade de grupos de alunos que participaram do trabalho de pesquisa linguística. Esse público pesquisador tem sua origem nas três turmas do nono ano do ensino fundamental: Turma 1 com 30 alunos, Turma 2 com 35 alunos e Turma 3 com 40 alunos. A partir desse total de 105 alunos-pesquisadores, dividimos as turmas em grupos, conforme quadro abaixo, totalizando o número exato de 15 grupos de alunos – com aproximadamente 5 (cinco) membros em cada um. Esses grupos trabalharam, portanto, com um público alvo de 315 entrevistados, distribuídos igualmente entre três categorias definidas por níveis de escolaridade: a primeira categoria foi constituída pelos entrevistados com ensino fundamental completo; a segunda

categoria diz respeito àqueles que concluíram o ensino médio; já a terceira categoria refere-se aos entrevistados que apresentam ensino superior concluído. Assim, cada grupo entrevistou 5 (cinco) indivíduos de cada categoria. Deste modo verificaríamos que, a partir desse número significativo de entrevistados, seria possível traçar um panorama bem real de como o mineiro de Juiz de Fora, residente na área urbana da cidade, em uma situação de emprego real da língua falada, utiliza as normas de concordância verbal e nominal propostas pela gramática normativa.

	Quantidade de grupos por turma	Quantidade de membros por grupo	Quantidade de entrevistados por grupo	Quantidade de entrevistados por turma
Turma 1	6	5	15	90
Turma 2	7	5	15	105
Turma 3	8	5	15	120
				Total 315

Dentre os objetivos traçados nesse trabalho, procuramos desenvolver, nos alunos pesquisadores, a consciência de que a língua é mutável e heterogênea, independentemente de quem a usa e do grau de escolarização do falante. Paralelamente a essa intenção, buscamos também proporcionar a esse público adolescente a reflexão quanto ao preconceito linguístico e quanto à rejeição de outras variedades consideradas, por eles, diferentes.

3.1. Os resultados de uma prática de educação sociolinguística.

O trabalho de análise linguística foi iniciado em sala de aula com base na necessidade de se cumprir um dos conteúdos disponibilizados no currículo escolar: concordância verbal e nominal. Para que esse conteúdo fosse aprendido de forma eficiente e aplicado em situações de uso mais formal da língua, foram apresentadas aos alunos as regras gerais de concordância próprias do verbo e, em seguida, as regras que mantêm a concordância do nome com seus determinantes, segundo UNESC, Criciúma, v. 5, nº1, janeiro/Junho 2016. Criar Educação – PPGE – UNESC

prescrito nas gramáticas normativas de língua portuguesa. A par do conhecimento dessas normas, os alunos foram instigados a levantarem hipóteses a respeito da efetiva utilização delas pelos falantes da língua em situações reais de uso. Passaram, então, a questionar se as regras prescritas nas gramáticas eram usualmente empregadas segundo se esperava.

A pesquisa de campo se pautou em uma entrevista composta por três perguntas que se referiam a um tema bastante discutido nas aulas de português e também abordado em livros de literatura trabalhados nas turmas do nono ano: a relação entre pais e filhos. Destacamos abaixo, para conhecimento geral, o questionário da pesquisa realizada pelos entrevistadores:

1- Em outros tempos, como você avalia a relação entre pais e filhos e que perigos os filhos corriam socialmente?

2- Atualmente, jovens e adolescentes se veem inseridos em situações sociais que exigem deles muito cuidado e cautela. O fácil acesso às drogas, a sexualidade exposta em letras de músicas, os riscos oferecidos pela Internet (como pedofilia), a violência travada entre gangues de jovens de classe média e de grupos marginalizados entre outros expõem a juventude a uma série de perigos. Portanto,

a) em virtude de todos esses problemas, como você acha que deve ser conduzida, hoje, a relação entre pais e filhos?

b) segundo esse novo padrão social, os pais devem ser verdadeiramente “amigos” dos filhos? Por quê?

Para que a pesquisa por amostragem obtivesse êxito, os grupos foram orientados a realizar a entrevista de forma que os entrevistados se sentissem desinibidos diante do gravador. O objetivo traçado a partir dessa abordagem foi o de possibilitar que os entrevistados pudessem se sentir mais à vontade para que o objeto de estudo – a língua falada – se aproximasse o mais possível de situações menos monitoradas de uso. Por isso, durante a realização da entrevista, os alunos

pesquisadores deveriam motivar o entrevistado para que prolongasse tanto quanto possível a própria fala e, assim, eles obtivessem um material para a pesquisa mais rico e diversificado.

Diante desse panorama, alguns conceitos diretamente relacionáveis à variação linguística foram abordados de antemão em sala de aula, a partir de exemplos vivenciados e/ou relatados pelos próprios alunos. Dentre essas postulações, foram destacadas a existência do grau de monitoração da fala, a ocorrência da heterogeneidade linguística, aspectos próprios da teoria da variação, a variação dialetal ou regional brasileira, o preconceito linguístico, os conceitos de “norma padrão”, “norma culta” e “variante culta”, bem como associações entre essas postulações variacionistas e as regras ditadas pela gramática normativa.

Após o prazo definido em cronograma para realização das entrevistas, os grupos-pesquisadores realizaram na escola, com o auxílio e orientação do professor de Português, as audições das gravações. A partir do formulário de identificação de cada entrevistado - número da entrevista, data, horário, sexo, faixa etária, nível de escolaridade -, foram realizadas as análises do material coletado por cada grupo.

Para a efetivação dessa fase, os alunos identificaram, em uma por uma das entrevistas, o número correspondente à não realização de concordância verbal ou nominal na fala de cada entrevistado e, tendo em mãos uma ficha de coleta de dados, assinalaram se a fala foi mais (+) ou menos (-) monitorada. Além dessa verificação, os alunos registraram alguns casos de não realização da concordância (verbal e nominal) segundo os padrões normativos ditados pelas gramáticas e que foram identificados a partir das gravações feitas, como pode ser observado abaixo:

“Hoje as crianças não tá respeitando os pai...”

“As criança respeitam mais do que...”

“Os filhos era educados...”

“...não só os jovem...”

“Os filhos obedecia o pai...”

“Esses tempo com os pais...”

“Esses tipo de coisa...”

“...pais de hoje não segura filho...”

“..se os pais for verdadeiros amigos...”

“...os pais era rígido com os filhos...”

“Muito desses perigo de hoje em dia...”

“... os filho obedecia...”

“Pois elas são seus filhos.”

“Mães e pais era...”

“A sociedade mudou e junto com elas, essas mudança com relação a violência também mudaram.”

“As coisa...”

“Os meus pais achava...”

“ Eles dava muito tapa...”

“ Esses tempo com os pais...”

Nessa fase do trabalho de pesquisa, os estudantes perceberam, efetivamente, que o uso que se faz da língua se diferencia, em muitas situações, dos pressupostos abordados pelas gramáticas e pelos manuais de ensino de língua que propõem regras fixas de concordância verbal e nominal: O verbo concorda em número e pessoa com o sujeito, e os determinantes (artigo, adjetivo – locução adjetiva –, numeral e pronome adjetivo) devem concordar em gênero e número com o substantivo a que se referem.

A par dessas verificações, os pesquisadores construíram suas próprias reflexões a respeito do quanto a língua é mutável e de que, muitas vezes, aquilo que a escola ensina por meio de aulas que abordam regras, impondo-as sem questionamentos, nem sempre apresenta resultados satisfatórios. A conclusão dos alunos, ao constatarem que a linguagem dos usuários do português brasileiro nem sempre corresponde às regras da gramática, provocou estranheza e também surpresa, uma vez que nunca haviam refletido sobre essa dupla utilização do idioma: que uma língua apresenta mais de uma forma de uso.

Finalizada essa etapa, cada grupo registrou, em um terceiro formulário, o resultado geral dos casos observados, chegando à quantidade de desvios de concordância verbal e nominal conforme o grau de escolaridade assinalado – cerca de 15 (quinze) indivíduos por nível de escolaridade. Logo em seguida, os resultados

de cada grupo foram somados, revelando o número total de ocorrências de concordância verbal e nominal encontrado por cada turma do nono ano e distribuído segundo o nível de escolaridade dos entrevistados. Esse resultado pode ser

TURMA 1		TURMA 2		TURMA 3	
ENSINO FUNDAMENTAL	NÚMERO TOTAL DE OCORRÊNCIAS	ENSINO MÉDIO	NÚMERO TOTAL DE OCORRÊNCIAS	ENSINO SUPERIOR	NÚMERO TOTAL DE OCORRÊNCIAS
Concordância Verbal	92	Concordância Verbal	58	Concordância Verbal	95
Concordância Nominal	90	Concordância Nominal	41	Concordância Nominal	81
ENSINO MÉDIO		ENSINO MÉDIO		ENSINO MÉDIO	
Concordância Verbal	67	Concordância Verbal	49	Concordância Verbal	44
Concordância Nominal	50	Concordância Nominal	36	Concordância Nominal	42
ENSINO SUPERIOR		ENSINO SUPERIOR		ENSINO SUPERIOR	
Concordância Verbal	68	Concordância Verbal	30	Concordância Verbal	41
Concordância Nominal	43	Concordância Nominal	19	Concordância Nominal	26

observado no quadro a seguir:

A partir desse resultado, os alunos elaboraram análises conclusivas quanto ao uso da concordância verbal e nominal na língua falada na cidade, característica bem própria do contínuo rural/urbano. Concluíram, a partir dos dados verificados, que quanto maior é o nível de escolaridade, maior também é o grau de monitoração da fala durante uma interação verbal e, por isso, maior é a regularidade da concordância segundo os padrões que vigoram nas gramáticas normativas. Os alunos ainda puderam comprovar, por amostragem, que os indivíduos que possuem

UNESC, Criciúma, v. 5, nº1, janeiro/Junho 2016. Criar Educação – PPGE – UNESC

um menor grau de escolaridade apresentaram conseqüentemente, em suas falas, um menor domínio das regras de concordância verbal e nominal descritas na gramática tradicional do português e, por conseqüência, perceberam uma menor monitoração na fala desses entrevistados. Essas conclusões podem ser observadas a partir de alguns registros feitos pelos grupos de pesquisadores:

Percebemos que quanto maior é o nível de escolaridade, o emprego das regras da Gramática Tradicional fica mais presente na fala do sujeito. E quanto à variação linguística, pudemos perceber que a classe social, a idade e o nível de escolaridade afetam a linguagem. – **Grupo D**

O grupo que melhor domina a variedade culta é formado pelos entrevistados que têm o ensino superior completo. E, como já esperado, quanto maior a escolaridade, maior o domínio. – **Grupo I**

Quanto à variação da língua, pode-se observar que houve mais desvios por parte dos entrevistados que compõem o ensino fundamental e médio. A partir dos dados coletados, o grupo chegou à conclusão que quanto maior é o grau de escolaridade, maior a proximidade com a norma culta. Percebemos também que não há tanta preocupação com o monitoramento da língua, apesar de ser uma entrevista formal. – **Grupo E**

É visível que, no ensino superior, a linguagem é mais padronizada formalmente, mas, no ensino fundamental, há maior monitoração – **Grupo G**

Foi observado que, quanto à variação da linguagem, cada entrevistado teve um jeito diferente de falar e em relação às regras da Gramática Tradicional. Observamos que nenhum entrevistado utilizou corretamente as regras, mas mesmo assim conseguiram expressar o que queriam. – **Grupo A**

Em relação a isso, vimos que cada um tem uma maneira diferente para se comunicar. Alguns se preocupam em falar de uma maneira mais “correta” por estarem sendo entrevistados, entretanto outros não deram muita importância, mas sabemos que não existe falar errado, só não sabemos utilizar a gramática tradicional corretamente. – **Grupo B**

Diante dessas conclusões, os grupos de pesquisadores levantaram questionamentos a respeito da variação da língua de acordo com o grau de escolaridade do indivíduo. Destacaram, porém, que independentemente do nível de escolaridade, a capacidade comunicativa dos entrevistados foi surpreendentemente eficiente, provando que a variação no uso da língua nem sempre interfere nas suas necessidades comunicativas, mas é avaliada também pelo grau de letramento do indivíduo.

Essas conclusões favoreceram uma constatação antes discutida em sala, a de que uma língua natural é heterogênea e mutável, que muda de acordo com o tempo e com as condições sociais de seus usuários. A língua apresenta, portanto, uma variação de usos que nem sempre corresponde às regras da gramática normativa estudadas em sala de aula. Os adolescentes-pesquisadores perceberam que, independente da linguagem utilizada, todo falante é competente para usar a língua segundo suas necessidades ou vontades, estabelecendo, dessa forma, um processo comunicacional autêntico e verdadeiro pautado nos conhecimentos sociais e das comunidades a que pertencem. Cumpre-se aqui o desenvolvimento de uma educação linguística que leva o aluno a refletir sobre a variação e a natureza da própria língua.

3.2 As consequências de uma ação didática e sociolinguística

Para que a proposta de trabalho em sala de aula com os fundamentos da pesquisa sociolinguística tivesse resultados satisfatórios, foi necessário que os alunos produzissem suas próprias conclusões a respeito da pesquisa por amostragem realizada por eles.

Efetivamente, os alunos participaram de um processo de ensino-aprendizagem que lhes garantiu uma abordagem de ensino de língua materna que ultrapassasse as aulas de caráter estritamente expositivo e purista. Os adolescentes puderam comprovar extasiados que a língua é dinâmica, que muda e que se altera segundo as necessidades do falante e também a partir de seu conhecimento linguístico e de seu grupo social. Foi perceptível a surpresa de muitos deles ao comprovarem que a diversidade de uso da língua é mais “comum” ou “normal” do que supunham, uma vez que nunca haviam pensado nela a partir de um panorama real, social e interacional.

O desenvolvimento da competência comunicativa do indivíduo deve, assim, ser atribuição da escola, de todos os professores envolvidos no processo educativo. Práticas de ensino que valorizam o respeito e a reflexão sobre a variação linguística contribuem para o sucesso escolar, como pôde ser comprovado a partir da atividade que promoveu aulas diferentes das que anteriormente eram desenvolvidas. Sobre

isso declararam os próprios alunos: “Saiu do tradicional e nos mostrou uma outra forma de estudar Português”. O professor, ao priorizar um ensino fundamentado apenas em uma visão maniqueísta da língua, favorece o preconceito linguístico e nega outras formas de manifestação do idioma.

Em contrapartida, ao criar práticas de ensino que possibilitem o desenvolvimento da ciência na sala de aula, o docente promove também reflexões mais abundantes sobre o funcionamento do idioma. Sabe-se, entretanto, que não é uma tarefa tão fácil e comum, mas que é possível ser realizada ao explorar os ditames da sociolinguística para favorecer um novo formato de ensino. BAGNO (2002, p. 108), a respeito do ensino de língua na escola e da dificuldade de se explorar a sociolinguística nas aulas de inglês, aponta:

A prática de sala de aula raramente segue, de modo transparente, a pesquisa sociolinguística. Existem diversos estudos, por exemplo, que mostram que os dialetos não padrão do inglês são variedades complexas e sistemáticas. Mas esse grande volume de trabalho não conseguiu gerar princípios pedagógicos coerentes e específicos que possam dar aos professores uma orientação clara sobre o lugar do padrão e das variedades não padrão na sala de aula.

A par dessas reflexões, é preciso desenvolver, portanto, um ensino que verdadeiramente se aproxime dos postulados próprios dos fenômenos de variação linguística, os quais revelam que toda língua natural é dinâmica e que, por isso, está constantemente em um processo de mudança.

Partindo dessas ideias, é possível enxergar a variação como um elemento constitutivo de todas as línguas e não como um problema a ser solucionado e resolvido por meio de regras fixadas pela gramática que determinam, inclusive, preconceitos e discriminações, como muito bem concluíram os alunos que participaram entusiasmadamente do projeto de pesquisa:

Juliana e Larissa (9º ano): Com esse trabalho, concluímos que, na língua portuguesa, existem várias formas de uso da linguagem, porém essas formas dependem da situação em que nós nos encontramos. Não existe uma forma de uso melhor que a outra, pensar assim é um preconceito linguístico, pois todos nós falamos o português.

Carlos, Fernando, Thiago, Felipe e João (9º ano): O grupo descobriu que a linguagem e o jeito de falar brasileiro tem muitas variedades, isso que torna o português uma língua tão bonita. O meio onde a pessoa vive e as pessoas com quem ela convive ajudam muito e mudam o jeito de pensar e também de falar, mas em alguns casos, a pessoa não fala como as pessoas com quem ela convive.

José e Cátia (9º ano): Neste trabalho aprendemos sobre a linguagem, vimos que não devemos ter preconceito linguístico porque também falamos de maneiras diferentes, e que não existe forma errada de falar, mas sim, formas diferentes.

Felipe e Gustavo (9º ano): Com o encerramento do trabalho, concluímos que nem todas as pessoas têm acesso à norma culta da língua, e por isso não utilizam em sua fala regras de concordância verbal e nominal. Porém, mesmo assim, não podemos dizer que existem erros na forma de falar, existem maneiras diferentes de utilizar a língua.

Jussara, Guilherme, Livia e Henrique (9º ano): A partir das informações apresentadas, chegamos à conclusão de que não existem erros no uso da linguagem pelo falante, portanto, criticar ou ironizar a linguagem de certa pessoa é preconceito linguístico ou social.

Luiz, Mateus, Cíntia e Augusto (9º ano): Aprendemos a não discriminar uma pessoa pela sua linguagem, pois no português não há erro e sim uma adequação a cada situação em que o falante se encontra e que a gente convive com essas duas formas de falar.

A partir dos depoimentos acima, foi possível verificar que o trabalho sociolinguístico na sala de aula pode e, efetivamente, proporciona uma alteração no modo de os alunos pensarem a língua. A mudança do processo didático de ensino de língua materna, que confronta as regras normativas da gramática com as regras utilizadas pelo falante, revela uma postura nova na maneira de enxergar a língua portuguesa usada no Brasil, bem como possibilita a crença real de que conviver com essas diferenças é normal e natural.

Diante desse processo, os estudantes compreenderam que a língua constitui-se por um conjunto de variedades, sejam elas dialetais, históricas, sociais etc. Puderam reconhecer que as “leis” ditadas pela denominada norma padrão, de tradição puramente gramatical, nem sempre são exemplos de um uso adequado do idioma, principalmente no âmbito oral, mas perceberam que a norma culta é empregada em situações mais monitoradas no uso da língua falada, incluindo-se em contextos mais formais.

Os alunos-pesquisadores perceberam, assim, que a norma culta compreende hoje o uso formal do português brasileiro em situações mais monitoradas de fala. Entretanto, corresponde a uma variedade que não necessariamente segue as regras abstratas ditadas pelas gramáticas tradicionais em que predomina a norma padrão. Os estudantes concluíram que é necessário aprender a conviver com as variedades do português do Brasil, dominando-as, a fim de empregá-las em práticas sociais diversas, inclusive em condições específicas em que a norma padrão seja exigida, como em exames de vestibulares, por exemplo.

Portanto, é imprescindível que no espaço escolar/acadêmico, o estudante seja conduzido a refletir sobre as diversas manifestações linguísticas (orais ou escritas) a que está sujeito o usuário da língua portuguesa do Brasil. É também essencial que a este mesmo aluno não seja negada sua experiência cultural, social e linguística e que ele possa dominar cada variedade de uso da língua segundo os contextos sociais mais ou menos formais em que estiver inserido. BORTONIRICARDO (2005, p.15) assim se expressa sobre a postura da escola:

A escola não pode ignorar as diferenças sociolinguísticas. Os professores e, por meio deles, os alunos têm que estar bem conscientes de que existem duas ou mais maneiras de dizer a mesma coisa. E mais, que essas formas alternativas servem a propósitos comunicativos distintos e são recebidas de maneira diferenciada pela sociedade.

Por isso, consideramos que seja extremamente importante a escola incentivar o uso de recursos didáticos que valorizem a reflexão sobre a variação linguística na sala de aula. Esse processo didático vai de encontro a todo postulado que considera como defeituosas as variedades menos prestigiadas. Promover aos poucos o respeito a outros falares considerados diferentes daqueles pautados na variante prestigiada é certamente um papel social e político do professor de português. O docente deve permitir, sim, o acesso de todos os falantes – digo, todos – às variedades cultas e jamais pode permitir o avanço do preconceito linguístico, e por que não social, na sala de aula e até mesmo fora dela.

4. CONCLUSÕES

É expressamente necessário enfatizar que o trabalho com a gramática em sala de aula tem sempre objetivos muito distintos. Por isso, deixamos claro, neste texto, que o ensino de Português deve incluir, portanto, o trabalho com a gramática normativa em sala de aula em confronto com a gramática de uso do falante do português do Brasil.

Como bem afirma Perini (2010, p. 37), “[...]a gramática é uma disciplina científica, pois tem como finalidade o estudo, a descrição e a explicação de fenômenos do mundo real”. Assim, deixamos claro que, para desenvolver capacidades em leitura, escrita, fala e escuta é preciso levar nossos alunos a

desenvolverem aptidões que sejam coerentes com as diversas esferas de uso da língua, sejam elas no domínio público e/ou privado.

É exatamente a respeito da competência linguística do usuário da língua que nos referimos neste artigo: o aluno do ensino fundamental possui informações e conhecimentos suficientes para reconhecer as variedades de uso da linguagem que sua língua materna oferece?

Respondemos a essa pergunta afirmando que cabe à escola proporcionar essas reflexões de modo a revelar que a língua portuguesa são muitas e que, por isso mesmo, deve ser tratada como tal, dadas as variedades de uso que fazemos dela. Nossos alunos, portanto, precisam compreender esse processo de mutabilidade da língua, precisam reconhecer que a língua é heterogênea e que nós, falantes competentes que somos, devemos dominar as diversas formas de uso de nosso idioma.

Certamente, o trabalho aqui apresentado possibilitou uma reflexão linguística fundamentada em uma realidade que vai além das aulas expositivas de concordância verbal e nominal; trata-se de uma educação linguística que privilegia as diversas manifestações do português do Brasil.

REFERÊNCIAS

BAGNO, Marcos; GAGNÉ, Gilles, SUTBBS, Michael. **Língua materna: variação e ensino**. São Paulo: Parábola, 2002.

_____. **Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística**. São Paulo: Parábola, 2007.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula**. São Paulo: Parábola, 2004.

_____. **Nós chegemos na escola, e agora?: sociolinguística & educação**. São Paulo: Parábola, 2005.

CASTILHO, Ataliba T. de. **Saber uma língua é separar o certo e o errado?** Museu da língua portuguesa – Estação da Luz. p. 14, 2000. Disponível em: <www.estacaodaluz.org.br>. Acesso em: 12 Maio de 2011.

CYRANKA, Lúcia F. Mendonça; PERNAMBUCO, Déa Lúcia Campos. **A língua culta na escola: uma interpretação sociolinguística**. Instrumento: Revista de Estudo e Pesquisa em Educação, Juiz de Fora, v. 10, p.17-28, jan./dez. 2008.

FARACO, Carlos Alberto. **Norma culta brasileira, desatando alguns nós**. São Paulo: Parábola, 2008.

PERINI, Mário A. **Gramática do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2010.